

**Parecer nº 115/97**

Data: 1997.12.03

Processo nº 269

**Reclamante:** Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro.

**Entidade reclamada:** Câmara Municipal do Porto.

**I - Os Factos:**

1. Em 1997.08.25 o Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro - Grupo Ecológico (NDMALO-GE), associação ambientalista reconhecida nos termos da legislação vigente, solicitou à Câmara Municipal do Porto, “para defesa do ambiente e eventual impugnação das decisões tomadas” por esta autarquia em relação à Mata da Pasteleira, o acesso, através de consulta, cópia ou certidão, dos seguintes documentos:
  - a) Cópia autenticada da planta do PDM, eficaz para a zona delimitada pelas Ruas de Bartolomeu Velho, D. João de Mascarenhas, Diogo Botelho e Gomes Eanes de Azurara;
  - b) Certidão onde conste a classificação do zonamento atribuída ao espaço atrás referido no Plano Director Municipal do Porto e qual o índice de ocupação do solo autorizado para essa zona;
  - c) Certidão da acta da reunião onde foi deliberada a construção do ATL e Centro de Dia da Pasteleira;
  - d) Cópia autenticada da Planta Topográfica da implantação do edifício no terreno em causa;

- e) Acesso para consulta de todo o processo do concurso público relativo à construção do ATL e Centro de Dia da Pasteleira e eventual pedido de cópias das partes do mesmo que venham a ser necessárias.
- 2. Em 1997.10.16, ou seja, dois dias após o decurso do prazo para a formação do acto tácito de indeferimento do pedido nos termos do CPA, o mesmo ainda não tinha sido viabilizado, conforme comunicação da referida associação, que pretende um parecer sobre o comportamento da edilidade.

## **II - O Direito**

- 1. Na formulação inicial do pedido de parecer, a associação declara expressamente que o pedido é instrumental de meios jurisdicionais.

No entanto, no pedido feito à Câmara Municipal, sem citação do regime jurídico ao abrigo do qual fazia o requerimento, sugeria apenas, de passagem, a possibilidade de vir a utilizar as certidões - que aliás não são a única via de acesso documental referida - para fins de jurisdição das decisões aí constantes.

Em face disto, embora com dúvidas sobre o regime jurídico ao abrigo do qual se pretende enquadrar o acesso documental, entende-se ser intenção do requerente subsumi-lo não ao regime da LEPTA ou a um regime específico das associações ambientais, mas ao regime da LADA, pelo que esta Comissão é competente para dar parecer.

- 2. Dos documentos que se pretendem consultar, copiar ou certificar não consta a existência de quaisquer dados nominativos, pelo que esses documentos são de comunicação obrigatória, por parte da Câmara Municipal, nos termos da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

### **III - Parecer:**

A CADA é de parecer que a Câmara Municipal deve dar acesso para consulta e passar as cópias e certidões solicitadas pelo Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro em requerimento efectuado em 1997.08.25.

Lisboa, 3 de Dezembro de 1997.

*Silva Marques* (Relator) - *José Magalhães* - *Narana Coissoró* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).